FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E DIVERSIDADE SEXUAL: ATRAVESSAMENTOS E REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Maria Madalena Silva de Assunção¹
Laís Ribeiro da Silva²

RESUMO: O presente estudo buscou compreender se os estudantes concluintes do curso de Psicologia se sentem aptos a atender as demandas profissionais que permeiam a diversidade sexual. Na atualidade, mídias como TV, revista, jornal e Internet, diariamente, divulgam manchetes abordando questões sobre a sexualidade, tais como contracepção, as DST, erotização, diversidade de gênero, violência, entre outros. No que tange à diversidade sexual, as pautas voltadas para homossexualidade e identidade de gênero atravessam contextos sociais e políticos. O tema sobre formação acadêmica e diversidade sexual torna-se mais urgente, diante de sua crescente visibilidade, graças aos relatos de agressão, violação de direitos, preconceito e discriminação. Para o desenvolvimento desta pesquisa realizou-se uma revisão bibliográfica discutindo aspectos referentes à formação acadêmica, sexualidade humana e diversidade sexual. Para a coleta de dados, foram feitas entrevistas com doze alunas(os) do 10º período do curso de Psicologia. Percebeu-se nas falas das(os) participantes um baixo investimento pessoal e baixa compreensão do tema da diversidade sexual, assim como uma responsabilização apenas da universidade pela sensação de despreparo na atuação profissional com o segmento LGBT. Observa-se que reconhecer as lacunas, limitações e dificuldades encontradas na formação do psicólogo subsidia a busca pela melhoria da atuação profissional, bem como permite refletir quais pontos, para além da culpabilização das instituições, são destacados nas avaliações dos entrevistados sobre a formação acadêmica. Entende-se, também, que as informações sobre os diferentes temas referentes à comunidade LGBT, de cunho político e social, são questões que transcendem a formação acadêmica e os muros da universidade, necessitando ainda de investimento em políticas públicas direcionadas a esse grupo e do interesse das(os) alunas(os) por um maior conhecimento, compreensão e proximidade com a temática LGBT.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; LGBT; Formação em Psicologia.

ABSTRACT: The present study sought to understand if the students who are concluding the Psychology course feel able to meet the professional demands related to sexual diversity. Nowadays, questions regarding sexuality such as contraception, STDs, eroticization, gender diversity and violence are widely disseminated in the media such as TV, magazines, newspapers and Internet. With regard to sexual diversity, the guidelines on homosexuality and gender identity cross social and political contexts. The issues of academic background and sexual diversity become more urgent in view of their increasing visibility thanks to reports of aggression, violation of rights, prejudice and discrimination. For the development of this research, a bibliographical review was conducted through the discussion of issues related to academic qualification, human sexuality and sexual diversity. For data collection, twelve students from the 10th period of the Psychology course were interviewed. A low personal investment and understanding of the sexual diversity issue was noticed in the speeches of the participants. In addition to an exclusive accountability of the university for the unpreparedness feeling at professional actions with the LGBT group, the recognition of the lacks, limitations and difficulties found in the psychologists' qualification subsidizes the search for a better professional action, as well as allows to reflect upon which questions, beyond the scapegoating of the institutions, are highlighted in the interviewees' assessments about the academic background. It is also understood that the information on different themes related to the LGBT community, of political and social nature, are issues that transcend the academic qualification and the walls of the university, also needing the investment in public policies directed to this group and the interest of the students for greater knowledge, understanding and proximity to the LGBT context.

KEYWORDS: Sexuality; LGBT; Psychology Qualification.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. mariamadalenabhz@gmail.com

² Bacharel em Psicologia pela PUC Minas São Gabriel. Especialização Clínica Psicanalítica pela PUC Minas. Mestranda em Educação Sexual pela UNESP – Araraquara/SP. laisribeiro.lr6@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve em vista um objetivo central: compreender se as(os) alunas(os) concluintes do curso de Psicologia se sentem aptas(os) para atender as demandas profissionais que permeiam a diversidade sexual e se são interessadas(os) em atuar junto ao público LGBT. A partir desse objetivo, decorreram outros três: verificar as informações que elas(es) possuem sobre os diferentes conceitos relacionados ao segmento LGBT; conhecer como as(os) alunas(os) do 10º período nomeiam os momentos e disciplinas do curso em que ocorrem discussões sobre a diversidade sexual; por fim, identificar a avaliação feita pelas(os) alunas(os) sobre a formação acadêmica em Psicologia para atuar com a diversidade sexual.

Na atualidade, mídias como TV, revista, jornal e Internet, diariamente, divulgam manchetes abordando questões sobre a sexualidade, assim como a contracepção, as DST, a erotização, as diversidades sexual e de gênero, entre outras. Mesmo que tais abordagens possam reforçar preconceitos estruturais na sociedade, apresentando um caráter higienista e/ou heteronormativo, Jaqueline Gomes de Jesus (2012) reforça que as redes sociais e os meios de comunicação, podem assumir função crítica frente a reprodução de estereótipos de gênero que desumanizam pessoas LGBT.

Relembrando as repercussões midiáticas das eleições presidenciais de 2010, Junqueira e Prado (2011) apontam para o silenciamento das questões LGBT. Os candidatos, segundo os autores, se pautavam em um discurso “politicamente correto”, apresentando em suas narrativas uma neutralidade quanto às posições ideológicas. De outro lado, o momento político atual apresenta um novo cenário, marcado por declarações que se desviam do “politicamente correto” exemplificadas aqui com as falas do deputado federal – e pré-candidato à presidência em 2018 – Jair Bolsonaro ao se dirigir à deputada federal Maria do Rosário: “não te estupraria, porque você não merece” (RAMALHO, 2014). Em entrevista à revista *ÉPOCA* (2011), o mesmo deputado afirma: “A maioria dos homossexuais é assassinada por seus respectivos cafetões, em horários em que o cidadão de bem já está dormindo”, o que não se confirma pelos dados divulgados, em especial aqueles publicados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

Produzido anualmente pelo GGB, o relatório de 2016 sobre assassinatos de LGBT registra 343 mortes no ano da pesquisa, resultando em um assassinato a cada 25 horas, o que faz o Brasil campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Constata-se um crescimento assustador destas mortes no país: de 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e para 343 em 2016. Matam-se mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde existe a pena de morte contra os LGBT.

Contrapondo-se às afirmações equivocadas de Jair Bolsonaro, Mott e Cerqueira (2001, p. 56) afirmam que quando o assassinato de um *gay*, lésbica ou transgênero tem como motivação ou inspiração criminal o fato de a “vítima pertencer a uma minoria sexual socialmente estigmatizada e extremamente vulnerável, ou por ostentar um estilo de vida diferenciado”, caracteriza-se um crime homofóbico e não um homicídio passional.

Define então crimes homofóbicos como homicídios praticados por autores não-homossexuais, ou eventualmente por homossexuais egodistônicos, contra vítimas com orientação sexual exclusiva ou predominantemente homoerótica, tendo como inspiração a ideologia machista predominante em nossa sociedade heterossexista que vê e trata os gays, lésbicas e transgêneros como minorias sexuais desprezíveis e desprezadas, que por viverem suas práticas eróticas em sua maior parte na clandestinidade, e por ostentarem comportamento andrógino ou efeminado, são vistos pelos agressores como alvo mais fácil de chantagem, extorsão e latrocínio. (MOTT; CERQUEIRA, 2001, p. 57).

Segundo Freire (1987), o compromisso de qualquer profissional com a sociedade é imprescindível. Diante desse cenário de preconceito, violência de gênero e mudanças de paradigmas, a Psicologia possui uma responsabilidade social, política e ética que deve estar presente na formação acadêmica e na prática profissional, o que demanda o foco na discussão desses novos desafios frente a esse contexto de mudanças. Desse modo, a imersão nesse tema requer maior espaço para a reflexão sobre o papel do profissional de Psicologia nesse cenário.

2 SEXUALIDADE HUMANA E FORMAÇÃO ACADÊMICA

Diante da transversalidade à qual a literatura sobre sexualidade se apresenta, nota-se diferentes abordagens, não existindo uma visão consensual e uniforme sobre essa temática. Maria Andréa Loyola (1999, p. 32) afirma que

A sexualidade pode ser abordada [...] como constitutiva da subjetividade e/ou da identidade individual (Psicanálise) e social (história e ciências sociais em geral); como representação (antropologia) ou como desejo (Psicanálise); como um problema biológico (medicina); ou ainda como um problema político e moral (sociologia, filosofia) ou, mais direta e simplesmente, como atividade sexual.

Frente às perspectivas teóricas sobre a sexualidade, pode-se destacar duas abordagens predominantes, o essencialismo e o construcionismo. Para Lenise Santana Borges (2009) no essencialismo prevalece a ideia do inatismo, uma natureza essencial que leva os indivíduos à ação sexual, o sexo é considerado uma força natural, anterior à vida sexual e independe dos determinantes culturais e sociais. Por outro lado, a concepção construcionista se opõe à ideia

de naturalização do feminino e do masculino, problematiza a sexualidade rígida, fixa, determinada biologicamente e por impulsos sexuais.

Nessa vertente, Michel Foucault (2015) sustenta ser a sexualidade social e historicamente construída, possibilitando a vivência e construção de diferentes formas de identidades sexuais e de gênero. Destaca-se essa contribuição teórica para a compreensão das homossexualidades, também compreendida como construção socio-histórica.

Na década de 90, outra perspectiva ganha ênfase nos estudos sobre sexualidade, a perspectiva *queer*. Judith Butler (2003) propõe uma leitura do sexo como decorrência do processo de naturalização e da estrutura social e de gênero e também da matriz sexual. Segundo a autora na sociedade ocidental a heterossexualidade é pressuposta, ou seja, regula e gerencia os corpos tornando-os assim a base, a matriz que orienta o normal do desviante. Prado e Machado (2017, p. 54) afirmam que esse movimento “se colocou contra tudo aquilo que considerou essencialista, que tomavam a diferença sexual como uma verdade natural ou pré discursiva e, finalmente, contra quaisquer imposições normativas de formas determinadas de masculinidade e feminilidade”.

Para Jaqueline Gomez de Jesus (2012), como as influências sociais não são demarcadas visivelmente, existe uma falsa sensação de que homens e mulheres têm uma “forma natural de ser fomentando noções errôneas de uma natureza puramente biológica nas diferenças entre os gêneros”. É nesse ponto que a autora traz a diferenciação entre sexo e gênero. Sexo é biológico e gênero uma construção de diversas culturas.

Ao se referir a uma das vivências internas relativa à sexualidade, a orientação sexual, Jesus (2012) a define como a atração afetivossexual por alguém. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1993) reconhece a orientação sexual como uma forma de expressão natural da sexualidade, não sendo mais encarada como doença, seja ela homo, hetero ou bissexual.

Nos últimos 40 anos, a orientação sexual tornou-se uma dimensão importante do estudo psicológico da sexualidade humana. A pesquisa psicológica sobre homossexualidade, até os anos 1970, evidenciava principalmente as hipóteses dos seus aspectos patológicos. No entanto, uma mudança relevante ocorreu como resultado de uma concentração de esforços do movimento LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgêneros), feministas e profissionais da Saúde Mental, o que levou ao avanço, em 1973, da iniciativa pela Associação Americana de Psiquiatria de retirar a homossexualidade da sua lista de transtornos mentais (YOUNG-BRUEHL, 2010 apud NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 10). Naquele momento, essas pesquisas passaram a focar o estudo das características psicossociais e preocupações da comunidade LGBT, bem como as atitudes sociais para com essa população.

Nos últimos anos, muitas mudanças vêm ocorrendo. Porém, tais avanços apresentam-se limitados ou paradoxais, uma vez que “a homossexualidade é uma variante natural da expressão da atração erótica e dos relacionamentos, sendo a adoção de uma identidade gay ou lésbica considerada uma orientação viável e saudável” (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 10). No entanto, Gabriela Moita (2006) afirma que os preconceitos e a desinformação sobre as diferentes orientações sexuais resultam em consequências diversas como, por exemplo, atravessamentos negativos ao atendimento terapêutico à população LGBT. Ressalta-se, assim, a importância da formação de profissionais de apoio (tais como psicólogos, professores e profissionais da saúde) para esse público e para simpatizantes.

Na atualidade, frente às diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação Institucional da Educação Superior (SINAES) e às demandas do mercado de trabalho, as universidades são desafiadas a proporcionar uma formação que abarque não somente os avanços científicos e técnicos, mas também as demandas sociais. É papel da formação acadêmica garantir uma preparação competente e comprometida para que o profissional possa atuar com ética e qualidade nos serviços sociais que venha a prestar (MARTINS et al., 2009).

A reflexão sobre a formação dos psicólogos torna-se relevante uma vez que ela afeta a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais. A formação dos psicólogos tem como principal objetivo propiciar um conjunto amplo e diversificado de conhecimentos, habilidades, atitudes e procedimentos, buscando caracterizar a psicologia como ciência e profissão (PAULA et al., 2007).

Primi, Landeira-Fernandez e Ziviani (2003) apontam que a formação em Psicologia apresenta falhas na aquisição e associação de conteúdos de natureza básica, específicos a todos os cursos de Psicologia, num caráter prático ou profissionalizante, sendo que os psicólogos finalizam a graduação, de modo geral, demonstrando uma desvalorização do pensamento científico.

Maria Regina Maluf (1994) também aponta falhas na formação do psicólogo e afirma que uma formação básica do profissional de Psicologia deve ser garantida antes da especialização. O psicólogo deve ser um cientista do comportamento com uma formação teórica e metodológica que lhe permita compreender seu objeto de estudo, não sendo um profissional limitado a técnicas a serem aplicadas. Maluf (1994) ainda enfatiza, reforçada por Duran (1994), a importância de uma formação multidisciplinar, voltada para a pesquisa, com produção e socialização do conhecimento, e para a intervenção - uma formação teórica e prática, formação ética e compromisso social.

Para Ana Mercês Bock (1997, p. 40), é preciso uma formação em Psicologia ligada à realidade social brasileira, em que a formação se impregne de realidade. Uma formação que,

Ao ensinar as teorias e saberes acumulados, [seja] capaz de falar da realidade vivida pela população brasileira. Uma formação que permita a entrada franca da realidade cotidiana. Uma formação que integre numa leitura ampla as várias dimensões desta realidade [...] Uma formação generalista, com um pequeno grau de especialização apenas no último ano. Os estudantes de Psicologia devem compreender que o aprendizado da Psicologia implica o conhecimento de todas as suas possibilidades e contribuições. Devem ser formados para serem psicólogos capazes de utilizar o conhecimento específico da Psicologia para intervenções que se fizerem necessárias.

Nesse sentido, é essencial uma formação cuidadosa, diversa, que instigue a prática profissional. Assim, aponta-se a urgência da revisão dos estágios em psicologia, por exemplo, para que se busquem novos campos de atuação, diferentes instituições e novas orientações. É importante formar um profissional comprometido com o seu tempo e sua sociedade, trabalhando na promoção de saúde dessa comunidade. “Um profissional que discuta seu compromisso com a sociedade, um profissional que retire deste debate a finalidade social de seu trabalho; um profissional cidadão” (BOCK, 1997, p. 41).

3 METODOLOGIA

Para a coleta de dados, procedeu-se o uso da entrevista semiestruturada.

As entrevistas foram realizadas com alunas(os) do 10º período (2º sem. 2016) do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Unidade São Gabriel, dos turnos matutino e noturno, que se disponibilizaram a participar da pesquisa. A amostra foi composta pelos seguintes sujeitos: (a) seis alunas do matutino, (b) seis alunas(os) do noturno, sendo quatro alunas e dois alunos.

As entrevistas foram realizadas em espaços da própria Universidade, por se tratar de um local comum a todos, o que facilitou sua realização. As entrevistas foram gravadas e transcritas, o que permitiu a categorização dos dados para a posterior análise de conteúdo. Foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), viabilizando a atualização das entrevistas para fins de pesquisa e garantindo o anonimato dos participantes através do uso de nome fictício.

3.1 Caracterização dos entrevistados

Foram entrevistados 12 estudantes, todos matriculados regularmente no 10º período, com idades variantes entre 22 e 41 anos. Nota-se um predomínio do gênero feminino dos participantes da pesquisa, totalizando 10 participantes do gênero feminino e 2 do masculino. Esse quadro encontra-se em consonância com o apontado por Castro e Yamamoto (1998) e Nuernberg (2005), ao afirmarem que desde a regulamentação da profissão de psicólogo há um marcante predomínio do sexo feminino entre os seus profissionais.

Quadro 1 – Dados dos entrevistados

Nome do entrevistado	Idade	Gênero
Bianca	22 anos	Feminino
Kátia	26 anos	Feminino
Luíza	39 anos	Feminino
Vitória	24 anos	Feminino
Jéssica	30 anos	Feminino
Beatriz	23 anos	Feminino
Karina	24 anos	Feminino
Willian	23 anos	Masculino
Carolina	41 anos	Feminino
Matheus	26 anos	Masculino
Rosália	23 anos	Feminino
Sandra	22 anos	Feminino

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos nas entrevistas; utiliza-se nomes fictícios para todos os participantes da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise que segue foi elaborada a partir dos dados das entrevistas em diálogo com os pressupostos teóricos sobre formação acadêmica, diversidades sexual e de gênero e sexualidade humana. Com a intenção de obter maior clareza sobre os resultados desta pesquisa, os dados coletados foram agrupados por temas, ou seja, eles foram categorizados para melhor compreensão, a saber: as informações dos graduandos sobre os diferentes conceitos ligados ao segmento LGBT; o interesse do aluno, futuro psicólogo, em atuar junto ao público LGBT; a

percepção dos alunos sobre a formação acadêmica em Psicologia para atuar com a diversidade sexual; os momentos e as disciplinas do curso em que ocorrem discussões sobre a diversidade sexual; a avaliação feita pelos alunos sobre a formação acadêmica em Psicologia para atuar com a diversidade sexual.

4.1 Informações dos graduandos sobre os diferentes conceitos LGBT

Quando perguntadas(os) sobre o que sabem a respeito da comunidade LGBT; como obtêm conhecimentos/notícias sobre a comunidade e sobre assuntos relacionados a essa temática; quais seriam essas notícias e informações, as(os) alunas(os) demonstraram conhecimento bastante superficial sobre a comunidade LGBT. Algumas falas não contemplam nem a compreensão das siglas, e nas narrativas, em sua maioria, as notícias e informações sobre os grupos são provenientes das mídias, redes sociais, discussões na universidade e conversas entre amigos.

O tema sobre a formação acadêmica e diversidade sexual torna-se mais urgente, diante de sua crescente visibilidade, graças aos relatos de agressão, violação de direitos, preconceito e discriminação (COSTA; NARDI, 2013, p. 125). A forma de inferiorizar e diferenciar a pessoa homossexual é um modo de expressão socialmente construído.

A literatura apresenta que o preconceito se modificou, tornando-se mais sutil, velado; “um elemento intrínseco ao preconceito sexual é a prática do silêncio e da dissimulação” (PRADO E MACHADO, 2017). Carla Gomes Corrêia e Juliana Perucchi (2013) apontam a homofobia como um sistema de opressão e hierarquização e, desta forma transcende as relações a fim de neutralizar e invisibilizar a vivência das situações de violência.

Sonia Corrêia (2009) salienta que nas últimas décadas de maneira geral ocorreram avanços consideráveis na construção do campo dos direitos sexuais, mesmo assim os homossexuais continuam sendo a população à margem que mais sofre preconceitos no Brasil e no mundo.

Às(aos) alunas(os) entrevistadas(os), foi perguntado sobre a “cura gay”, ao que, de modo geral, afirmaram ser contra. Noutra direção, a entrevistada Kátia afirmou nunca ter ouvido falar do termo: “Como assim, da cura? Não entendi. Se curar? Nunca ouvi isso não”.

Vale ressaltar que mesmo sendo uma notícia com grande repercussão midiática, foco de discussões do Conselho Federal de Psicologia e frequentemente discutido no meio universitário, isso não garantiu o conhecimento e posicionamento de todas(os) as(os) alunas(os) entrevistadas(os) sobre a questão.

Nesse sentido, parece-nos que as informações sobre os diferentes temas referentes à comunidade LGBT, de cunho político e social, são questões que transcendem a formação acadêmica e os muros da universidade, necessitando também do investimento e interesse das(os) alunas(os) para um maior conhecimento, compreensão e proximidade com a temática LGBT.

Para Luzia Ceciliano (2015), é imprescindível que profissionais da área da saúde conheçam a política pública de saúde para o segmento LGBT e tenham ciência das problemáticas específicas que atravessam essa população, para que assim se qualifiquem para a atuação profissional em suas diversas possibilidades. Sem estarem atentos às especificidades e necessidades dessa população, os profissionais alargam a margem das dificuldades e enfrentamentos no trabalho com a população LGBT, por vezes impossibilitando uma atenção humanizada e de qualidade, justamente pela inabilidade e não compreensão das singularidades no trato de forma ética e profissional.

4.2 Interesse do aluno, futuro psicólogo, em atuar junto ao público LGBT

Quanto ao interesse em trabalhar diretamente com o público LGBT, grande parte das(os) entrevistadas(os) afirmou não se interessar ou mesmo alguns empecilhos para o trabalho com o público LGBT, justificando assim a falta de investimento no tema, como apresentado na fala de Beatriz: “Ah, não é interesse. Meu interesse é saúde mental. Então, assim, pretendo também montar consultório. Então, se aparecer, vou me inteirar pra poder fazer um bom trabalho”. Nesse sentido, Beatriz não considerou como parte de sua área de interesse - a saúde mental - os atravessamentos dos atendimentos à população LGBT, as atuais discussões sobre a despatologização da transexualidade para o atendimento no SUS e a política de saúde pública para transexuais no Brasil (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009).

Percebe-se no relato acima, e também em outros, certa confusão entre área de atuação da psicologia e as diversas temáticas que são passíveis de atuação. A temática e o público LGBT podem aparecer na atuação de psicólogos/os em diversas áreas de atuação, como psicologia clínica, psicologia hospitalar, psicologia organizacional e do trabalho, psicologia social, dentre outras.

Algo semelhante ocorre no relato de Rosália:

Acho uma experiência difícil de trabalhar, porque, por exemplo, eu não gosto de psicanálise. Acho que é a melhor que trabalharia com LGBT é psicanálise, e eu sou comportamental. Aí, acho meio, pela abordagem, entendeu? Mas se fosse aqui na

clínica, por exemplo, estagiando, pegasse um caso, seria interessante, né, supervisionado, seria melhor.

Nas falas apresentadas acima, observam-se duas questões relevantes. A primeira é a não percepção do público LGBT como usuário do sistema de saúde mental; a segunda se refere à compreensão sobre orientação sexual e identidade de gênero como temas aos quais a abordagem comportamental (sua abordagem de maior afinidade) não seria a mais adequada para o trabalho clínico com esse público. Tais afirmativas abrem espaço para uma reflexão acerca da necessidade ou não de conhecimento específico para atuar com o público LGBT.

4.3 Percepção dos alunos sobre a formação acadêmica em Psicologia para atuar com a diversidade sexual

A maior parte das(os) entrevistadas(os) avaliou sua formação acadêmica de maneira satisfatória; alguns, apesar de julgarem o curso generalista, observaram lacunas no que diz respeito às diversidades sexuais. Mesmo considerando a formação satisfatória, as(os) entrevistadas(os) alegaram que o curso não possibilita uma formação adequada para atender às demandas que tangem à diversidade sexual, como relatado nas falas a seguir:

O que a gente vê é muito básico, né? E como eu tinha dito, acredito que a gente tenha que aprofundar mais o estudo, entender como que tá acontecendo a convivência, né? Deles com família, sociedade, e isso não é muito profundo no nosso curso, não. A gente vê muito por alto (Kátia).

Olha, a gente não vê muito a questão, alguma matéria que fala sobre essa questão da diversidade sexual. A gente escuta por alto, mas a gente não tem um aprofundamento. [...] (Beatriz).

A ideia dos entrevistados sobre um curso generalista é corroborada através de sua descrição no Projeto Pedagógico. De acordo com a proposta do curso em questão, delineada no Projeto Pedagógico, a formação generalista tem como objetivo criar um equilíbrio entre os diferentes domínios da Psicologia. O curso caracteriza-se, também, pela transversalidade e educação por competências que buscam “transmitir conteúdos, desenvolver habilidades e condições que reduzam a distância entre o mercado de trabalho e a formação escolar” (PUC MINAS SÃO GABRIEL, 2009, p. 15).

Mott (2006) relata que muitos docentes divulgam opiniões negativas em relação à homossexualidade e que pesquisadores não são estimulados, sendo até barrados por investigar temas relacionados à sexualidade humana. Outro ponto levantado por Corrêa e Perucchi

(2013), ao analisarem experiências homofóbicas vividas por jovens LGBT no período escolar, refere-se a um aspecto explicitado pelos entrevistados quanto à necessidade de capacitação dos(as) educadores(as) para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero de um modo que supere o senso comum, os preconceitos e dogmas religiosos.

As falas das(os) alunas(os) aqui apresentadas promovem uma reflexão não apenas sobre as lacunas encontradas durante a formação acadêmica do Ensino Superior no Brasil, mas também sobre a concepção dos alunos de seus investimentos pessoais para uma boa formação e compreensão do que seria uma “boa formação”. É, sem dúvida, indispensável revermos os princípios que orientam a formação acadêmica e as mudanças necessárias, mas, importante também indagarmos sobre o desconhecimento e, não raro, o alheamento de alguns alunos sobre temáticas desta natureza.

4.4 Momentos e disciplinas do curso em que ocorrem discussões sobre a diversidade sexual

Ao serem questionados sobre os momentos em que foram discutidas as temáticas sobre identidade de gênero e orientação sexual, as(os) entrevistadas(os) citaram disciplinas que, de alguma forma, mesmo não aprofundadamente, abordaram esses temas. As disciplinas citadas pelas(os) alunas(os), com exceção de William, foram: Seminário Temático de Integração; Psicologia e Políticas Públicas; Teoria e Clínica Psicanalítica; Psicologia Social; Psicologia e Saúde Mental; Antropologia e Teoria do desenvolvimento da criança.

Ressalta-se que as disciplinas mais citadas foram: Seminário Temático de Integração, que abre espaço para a discussão de diferentes temas de interesse trazidos pelas(os) aluna(os), o que pode explicar a afirmação de William ao dizer: “não recordo, especificamente, trazida pelo cunho da universidade mesmo, eu não recordo”, já que a maior parte das discussões foram realizadas por sugestão de temas apresentados pelas(os) alunas(os).

De acordo com o Projeto Pedagógico, os estágios do curso de Psicologia são reconhecidos pela comunidade acadêmica e pela sociedade, que é beneficiada pelos serviços oferecidos pelos projetos de estágio. O desenvolvimento de atividades junto à comunidade, instituições e organizações é uma importante oportunidade de formação por proporcionar um campo de atuação multidisciplinar, assim como colocar o aluno em contato com as questões sociais.

As atividades de estágio representam atividades de formação do psicólogo que se caracterizam pelo exercício de um conjunto de tarefas nas quais o estudante lida com situação real de atendimento, programada e diretamente supervisionada por profes-

sor da Universidade, configurando uma prestação de serviço à sociedade (PUC MINAS SÃO GABRIEL, 2009, p. 89).

Atenta-se aqui para a inexistência da citação dos estágios pelos alunos e abre-se espaço para reflexões acerca da invisibilidade dessas experiências.

Algumas(ns) entrevistadas(os) apontaram que alunos apresentam preconceito, mesmo que de forma velada, com essas discussões, como é possível identificar na fala de Beatriz: “Sem dúvida. É um preconceito oculto, né? A pessoa fala, você percebe que tem alguma coisa de preconceito, mas ela não quer mostrar que tem preconceito [...]”. Outras(os), mesmo afirmando não perceber o preconceito, alegam que ele existe. Bianca aponta que:

Assim, que eu tenha percebido [preconceito], não. Que eu deduzo, essas pessoas mais religiosas, assim que possam ter. Porque eu acho que, assim, pelo menos as pessoas que eu convivo, têm a cabeça bastante aberta, e querem entender, e respeitam, né? E então, que eu tenha percebido, não. Mas que eu imagino é isso, essa questão religiosa.

Na fala de Bianca não fica claro se a percepção do preconceito das pessoas religiosas ocorreu em outro momento, que não durante as discussões, ou se ela pressupõe que “pessoas religiosas” sejam preconceituosas com o grupo LGBT. Ao tratar sobre o lugar central da religião na trajetória do sujeito, na construção das identidades e práticas de participação social, Fonseca e Novaes (2007, p. 147) alegam que as religiões apresentam distintos conteúdos, diferentes mediadores, seus próprios mitos, ritos, narrativas, doutrinas/códigos e modos de viver. As manifestações religiosas são uma construção simbólica, uma manifestação antropológica e histórica, que se relacionam com o significado da vida, assim como apontam para diferentes modos de as pessoas se comportarem no mundo, se depararem com maneiras diferentes de lidar com os sofrimentos e dilemas do cotidiano.

Em sua pesquisa, realizada com 2.014 entrevistados de 150 municípios do país, sobre intolerância à diversidade sexual, Venturi (2008) apresenta alguns pontos importantes ao tratar sobre o “preconceito dissimulado”. Sobre esse tema, 92% dos participantes da pesquisa responderam concordar com a epígrafe “Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos” e 66% concordaram com a afirmação “homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus”. Diante disso, o autor aponta que tais dados “revelam o tamanho da colaboração religiosa para a intolerância para com a diversidade sexual” (VENTURI, 2008, p. 5).

William indica essa intolerância em sua fala:

[...] Principalmente a pessoa quando tem um, já tô pensando num caso específico, que tem um cunho religioso fortíssimo, e você sabe que aquilo que a pessoa tá fazendo, tá falando, tá entrando em contradição com o que ela disse acreditar antes. (WILLIAM, 2016).

Ainda à luz da pesquisa de Venturi (2008), quando perguntados sobre a existência ou não de preconceito contra pessoas LGBT no Brasil, aproximadamente 90% da totalidade dos entrevistados respondem acreditar que exista preconceito contra pessoas LGBT. Porém, quando perguntados se consideram-se preconceituosos, apenas 27% admitem preconceito para com pessoas dessa população.

Através de uma pesquisa realizada com estudantes dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social, Luciene Falcão (2004) aponta para uma prática homofóbica desses profissionais ao atuarem na área de adoção de crianças e adolescentes. Segundo a primeira hipótese da autora, os estudantes de Direito seriam mais contrários à adoção por homossexuais por estarem respaldados pela lei brasileira que impedia a adoção por homossexuais. No entanto, de acordo com os resultados da pesquisa, os estudantes de Psicologia não aceitavam tal adoção afirmando que “a homossexualidade é uma orientação como outra qualquer, mas que não queiram criar filhos, devido a crença de que os pais serão os principais responsáveis pela formação da identidade dos filhos” (FALCÃO, 2004, p. 147). Ressalta-se que apesar de se tratar de uma pesquisa realizada em 2004, o que observamos em nosso cotidiano possivelmente não traria resultados tão diferentes dos constatados por Falcão (2004).

Jéssica, por exemplo, mencionou a presença de preconceito tanto de colegas quanto de professores: “[...] os professores falam de uma forma que tira o mérito da questão, entendeu? Então, quando vão falar, citam as pessoas mais radicais, colocam tudo em um balaio só, como se fosse a mesma coisa.”

Dias (2001, p. 48) assegura que a maioria dos alunos conclui sua formação profissional com tantos estereótipos relativos à sexualidade, quanto quando a iniciou. Não se atribui tal responsabilidade aos centros de formação propriamente dito, tampouco aos sujeitos em formação profissional; segundo o autor, isso se dá em função de um erro estratégico no nível didático. Nesse nível, o autor entende que

Uma mudança nas atuais práticas de estruturação das grades curriculares nos cursos de formação de psicólogos não passa simplesmente pela tomada de consciência da realidade. Passa principalmente pela mudança dos paradigmas que têm servido de orientação para aqueles que estão envolvidos nesse processo. De outra maneira, podemos garantir que toda reflexão didática continuará a ser processada segundo uma perspectiva ultrapassada.

Nesse sentido, Bock discute (1999) o compromisso social da Psicologia, avaliando a sua inserção, como ciência e profissão, na sociedade e apontando em que direção a Psicologia tem caminhado para a transformação ou manutenção das condições de vida. A autora afirma:

Não podemos mais nos pensar como profissionais que, em consultórios particulares ou escritórios, oferecemos nossos serviços acreditando que estamos tendo alguma contribuição ou interferência para a melhoria das condições de vida. Sei que não tem sido fácil sair destes lugares, pois estamos nos centros urbanos e precisamos trabalhar. Mas não perceber as limitações sociais de nosso trabalho ou mesmo, pior ainda, camuflar isto com justificativas de que sofrimento psíquico é igual para todos (ricos e pobres) é alguma coisa que não se pode mais aceitar. Precisamos reconhecer as limitações de nossa ação profissional, pois isto já é um bom começo. (BOCK, 1999, p. 319).

Desse modo, reconhecer as lacunas, limitações e dificuldades encontradas na formação do psicólogo subsidia a busca pela melhoria da atuação profissional, bem como permite refletir sobre quais pontos, para além da culpabilização das instituições e atribuição ao desinteresse dos alunos, encontram-se nas avaliações sobre a formação acadêmica.

4.5 Avaliação feita pelas(os) alunas(os) sobre a formação acadêmica em Psicologia para atuar com a diversidade sexual

A fim de exemplificar um possível caso de atendimento psicoterápico ao público LGBT, foi apresentado o tema “transexualidade” aos entrevistados. Ao se imaginarem realizando esse atendimento, a maior parte das(os) entrevistadas(os) não se sentiu preparada para tal, como aponta Bianca: “Eu não sei nem como seria, assim, atender, mas é trabalhar como sujeito que ele possa, não sei, também tem isso, né, sintoma e não sei. Difícil, muito difícil, eu acho. Eu não tô preparada, não mesmo. Não sei trabalhar.”

Questiona-se a possibilidade de outras respostas, caso outros exemplos que não a transexualidade fossem escolhidos, e elucida-se que essa insegurança faz parte do cotidiano do recém-formado em um curso de graduação, do qual certamente os entrevistados diriam sentir o mesmo despreparo para trabalhar com públicos e temas à margem, como negros, deficientes, refugiados, usuários de drogas, entre outros.

Sônia Gondim (2002, p. 308) aponta para a necessidade de estabelecer mais diálogo entre os setores da universidade, para discutir não só as alternativas de melhoria da integração entre a formação científica e profissional, que “diz respeito à responsabilidade institucional na educação para o trabalho, como também a reavaliação das intersecções e limites profissionais entre as diversas áreas”. Desse modo, problematiza-se: quais os limites da formação acadêmi-

ca? Seria possível preparar as(os) alunas(os) para todas as temáticas e demandas encontradas em diferentes áreas de atuação psicológica? De quem é a responsabilidade da qualidade da formação acadêmica? Qual o papel do aluno na sua formação?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida buscou compreender, sob o ponto de vista das(os) alunas(os) participantes, se elas(es) sentiam-se aptas(os) a atender as demandas profissionais que permeiam a diversidade sexual. A partir desse foco, foram exploradas as percepções das(os) estudantes frente às perguntas respondidas sobre a formação acadêmica, o que possibilitou uma autorreflexão pelas(os) entrevistadas(os) da pesquisa sobre sua trajetória acadêmica, bem como refletir acerca de sua condição atual em termos de perfil profissional e mercado de trabalho.

Percebe-se, de forma geral, nas falas das(os) participantes, uma baixa compreensão e uma sensação de despreparo para atuar profissionalmente com o grupo LGBT. Tal fato elucida que a concepção de formação superior para as(os) alunas(os) se sustenta em uma formação conteudista, pouco crítica e com pouca autonomia. Talvez o interesse dos alunos pela temática, que tende a crescer em função dos debates presentes no cotidiano, venha trazer maiores discussões em diversos momentos do curso, como aulas expositivas, seminários e estágios.

Inequivocamente, os temas que tangem à sexualidade humana, como orientação sexual e identidade de gênero, fazem-se presentes durante a formação acadêmica em Psicologia, especialmente em disciplinas que apresentam uma maior flexibilidade em adaptar o conteúdo programático à realidade e demandas sociais. Contudo, não se trata de uma temática incorporada aos princípios gerais que orientam a formação em psicologia. A presença da discussão sobre tal temática encontra-se dependente, também, do docente que ministra a disciplina, o que evidencia uma opção do docente e não uma orientação básica para o curso.

Toda violência, física, verbal ou emocional, vivida pelas pessoas LGBT, e fortemente lembrada nas falas das(os) entrevistadas(os), toda incompreensão, distorção de conceitos e manifestação explícita ou não de preconceito refletem a necessidade iminente de um olhar atento à formação profissional e um maior investimento na disseminação de conhecimento científico sobre o tema da sexualidade, de modo a esclarecer e subsidiar aqueles que de alguma maneira sofrem pela expressão de sua sexualidade, e que porventura sofram violência.

Desse modo, a importância deste estudo se dá também pela convocação desses profissionais a preencher um lugar de esclarecimentos de “questões-tabu” em nossa sociedade, co-

mo a diversidade sexual, e se veem incapazes ou pouco subsidiados pela formação, deixando uma lacuna que pode ser preenchida pelo imaginário social.

Esta pesquisa também abre espaço para uma reflexão acerca da necessidade de investimento do tema nos ensinos superiores, não reduzindo aqui a solução para as lacunas encontradas na formação em psicologia nessa pesquisa, através da inserção de uma disciplina específica sobre temáticas LGBT ou de sexualidade, o que, por si, não garante a compreensão, absorção e internalização de conceitos sobre o tema, tampouco garante uma boa atuação profissional.

Entretanto, acredita-se que maiores investimentos nas temáticas em sexualidade humana, diversidades sexual e de gênero sejam um possível catalisador do interesse dos alunos frente aos temas LGBT, subsidiando uma nova postura social, mais crítica e com mais consciência política, corroborando para a melhoria da prática das(os) profissionais da psicologia. Segundo Bock (1997, p. 41), é necessária uma formação em Psicologia ligada à realidade social brasileira, uma formação impregnada de realidade.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, jul.-ago. 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997.

BORGES, Lenise Santana. (Homo)sexualidades e formação profissional: desafios para a Psicologia. **Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas**. V.1, n.1, p.146-157, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2003.

CECILIANO, Luzia Alves. **Conhecimento de estudantes em Enfermagem da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 2015. 24 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.

CORRÊIA, Carla Gomes; PERUCCHI, Juliana. Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vividas por jovens LGBT no período escolar. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v.22, n.46, p.81-99, 2013.

- CORRÊIA, Sonia. O percurso dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. **Bagoas** - Natal, v.3, n.4, p.17-42, 2009.
- COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Diversidade sexual e avaliação psicológica: os direitos humanos em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, número especial, p. 124-137, 2013.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: relatório 2013/2014. Salvador: GGB, 2014.
- CASTRO, Ana Elisa Ferreira de; YAMAMOTO, Oswaldo H. A Psicologia como profissão feminina: apontamento para estudo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 3, n. 1, p. 147-158, 1998.
- DIAS, Carlos Alberto. Considerações sobre elaboração de currículos para formação de psicólogos: a partir de uma perspectiva didática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 36-49, 2001.
- DURAN, Álvaro Pacheco. Alguns dilemas na formação do psicólogo: buscando sugestões para superá-los. In: ACHCAR, R. (Coord.). **Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 273-310, 1994.
- FALCÃO, Luciene Campos et al. **Adoção de crianças por homossexuais**: crenças e formas de preconceito. 2004. 178 f. Tese (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia, Universidade Católica de Goiás, 2004.
- FONSECA, Alexandre Brasil; NOVAES, Regina. Juventudos Brasileiras, Religião e Religiosidades uma primeira aproximação. In: ABAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gail (Org). **Juventude outros olhares sobre a diversidade**. p. 147-168, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber, Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Albuquerque. 3ªed - São Paulo, Paz e Terra, 2015.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 7, n. 2, p. 299-309, 2002.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, v.2, 42p., 2012.
- JUNQUEIRA, Rodrigo Dinis; PRADO, Marco Aurélio. Adivinhe quem não vem para jantar... **Revista ECO-Pós**, v. 13, n.3, p. 5-17, 2011.
- LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das Ciências Humanas. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade**: o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 31-39, 1999.

- MALUF, Maria Regina. Formação e atuação do psicólogo na educação: dinâmica de transformação. In: ACHCAR, R. (Coord.). **Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 245-272, 1994.
- MARTINS, Karla Patrícia Holanda; MATOS, Tereza Gláucia Rocha; MACIEL, Regina He-loisa Mattei de Oliveira. Formação em psicologia e as novas demandas sociais: relato dos egressos da Universidade de Fortaleza. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 9, n. 3, p. 1023-1042, 2009.
- MOITA, Gabriela. A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 76, p. 53-72, 2006.
- MOTT, Luiz. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, maio-ago. 2006.
- MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. **Causa mortis: homofobia, violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil - 2000**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001.
- NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA João Manoel . Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero. **Centro**. v. 243, n. 16, p. 2, 2010.
- NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia**. 342 f. Tese (Doutorado). Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. 2005
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, (OMS). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993
- PAULA, Alessandro Vinicius de; PEREIRA, Arlete Santana; NASCIMENTO, Elizabeth do. Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. **Psico-USF**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-43, jan.-jun. 2007.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. Preconceitos contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade. Cortês Editora - São Paulo. Coleção Preconceitos. v.5, 2017.
- PRIMI, Ricardo; LANDEIRA-FERNANDEZ, J.; ZIVIANI, Cílio. O provão de Psicologia: objetivos, problemas, consequências e sugestões. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 109-116, maio-ago. 2003.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Projeto Político-pedagógico do curso de graduação em Psicologia da PUC Minas São Gabriel. 2009. Belo Horizonte.
- RAMALHO, Renan. Procuradoria vê incitação ao estupro e denuncia Bolsonaro ao STF. **Jornal O Globo**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/pgr-denuncia-bolsonaro-no-stf-por-suposta-incitacao-ao-estupro.html>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

REDAÇÃO ÉPOCA. Jair Bolsonaro: “**Sou preconceituoso com muito orgulho**”. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

VENTURI, Gustavo. Intolerância à diversidade sexual. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 21, n. 78, 2008.